

1986



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333605-2**  
Agravante: Maria Luciene da Silva Cabral e outros  
Advogado: Dr. Allan Kardec Oliveira de Lima  
Agravado: FUNAPE  
Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

**EMENTA: ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.**

- 1 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.  
2 - Agravo de Instrumento provido.  
3 - Decisão por maioria.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo de Instrumento nº 0333605-2, em que figura como agravante Maria Luciene da Silva Cabral e outros e como agravado FUNAPE. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 18/06/2014, por maioria de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para dar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 03/07/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Designado para lavrar acórdão



188  
~

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Agravo de instrumento nº 333605-2 – Comarca de São Bento do Una**  
**Agravantes:** Maria Luciene da Silva Cabral e outros.  
**Agravada:** FUNAPE.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo de instrumento diante de decisão interlocutória que indeferiu o pleito antecipatório perseguido, no sentido de obstar a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos proventos de pensionamento das agravantes.

Em suas razões, de fls. 02/11, aduzem as agravantes que fazem jus a implantação da gratificação reclamada, por se tratar de parcela remuneratória de caráter geral, extensível a policiais da ativa, inativos e pensionistas, em virtude da auto aplicabilidade da regra constitucional prevista no art. 40 da CF/88.

Pugnam pela atribuição de efeito substitutivo ativo ao presente recurso, e no mérito requerem o seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Contrarrazões de fls. 153/166, alega a fundação agravada à existência de vedação legal à tutela antecipada, ausência de verossimilhança das alegações, bem como, a parcela é devida exclusivamente aos servidores da ativa que preencham os requisitos legais, de natureza *propter laborem*, não sendo incorporável aos proventos e pensões.

Autos conclusos, sem interesse ministerial.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 2 de junho de 2014

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

192  
70

**Agravo de instrumento nº 333605-2 – Comarca de São Bento do Una**  
**Agravantes:** Maria Luciene da Silva Cabral e outros.  
**Agravada:** FUNAPE.

**VOTO**

A pretensão deduzida na ação ordinária de origem é a implantação da mencionada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos proventos de pensionamento da parte ali autora, sob fundamento de se tratar de gratificação geral.

Em que pese ter me inclinado anteriormente neste sentido requerido, de que a citada gratificação teria caráter geral, inclusive levando em conta precedentes deste Sodalício, melhor analisando a matéria de fundo, passei a me posicionar de forma distinta.

É que o serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar do Estado, abrangendo as ações de Segurança Pública preventiva e repressiva, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e as demais modalidades previstas no art. 24 da Lei nº 11.328/96, nos moldes da LCE nº 59/04.

A gratificação em referência foi criada pelo art. 8º da LCE nº 59/04 para ser concedida exclusivamente aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar e que, cumulativamente, desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma legislação e que estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específica, cumprindo escala permanente de Policiamento Ostensivo, e se apenas estes fazem jus à referida gratificação, aparenta-se que sua natureza é *propter laborem*, sendo certo, ainda, que as gratificações de natureza *propter laborem* não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço, como na hipótese dos autos.

Nessa linha se assenta a jurisprudência do STJ, conforme aresto adiante ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. POLICIAL MILITAR. CABO DA ATIVA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. EXTENSÃO DE VANTAGEM. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. VANTAGEM PROPTER LABOREM. AUSÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE.

~

AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO. I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Havendo um dos requisitos - omissão - o recurso integrativo deve ser acolhido. II - Consoante jurisprudência dominante nesta Corte, inviável a extensão a outros servidores públicos ou militares, da Gratificação de Encargos Especiais concedida aos Coronéis por ato administrativo, ante a inexistência de previsão legal. III - Aplica-se à espécie, o entendimento consolidado na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não cabe ao Judiciário aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento da isonomia. IV - Não há que se falar em ofensa ao art. 37, X da Constituição Federal ante a impossibilidade de extensão de vantagem propter laborem concedida aos servidores em exercício em razão de suas atribuições específicas. V - Embargos acolhidos apenas para, reconhecendo a ocorrência de omissão, complementar o aresto embargado, sem alteração da conclusão do julgado (EDcl no AgRg no RMS 21023, T5, rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 07/11/2006).

Por outro lado, analisando atentamente a LCE nº 59/04, faço ver que em seu art. 7º e parágrafo único, as vantagens remuneratórias decorrentes das gratificações de Representação de Função, de Moradia, de Exercício, de Nível Hierárquico, de Capacidade Profissional e de Incentivo foram extintas e incorporadas ao soldo dos Militares do Estado com os seus respectivos valores nominais, estendendo-se também, e apenas estas, aos proventos de inatividade e às pensões, diferentemente do ocorrido com a Gratificação de Policiamento Ostensivo, devida apenas aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar, conforme já demonstrado.

Ademais, ao ser instituída a mencionada gratificação através da legislação de regência, foi elaborado cronograma financeiro para os pagamentos devidos apenas para aqueles que fazem jus ao benefício na ativa, de modo que estender seu pagamento a aposentados e pensionistas implicaria em aumento de vantagem sem fonte de custeio, a implicar em vulneração ao princípio do orçamento.

De se registrar, por fim, que em se tratando de verba cuja natureza é alimentícia, patente o perigo de irreversibilidade do provimento deferido liminarmente, ante sua irrepetibilidade na hipótese de improcedência meritória do pedido.

Já em sentido contrário, caso o pedido seja julgado procedente, a qualquer tempo a gratificação poderá ser incorporada aos proventos de pensionamento das interessadas, como também o pagamento dos atrasados devidos, com os acréscimos legais.

Pelo exposto, voto pelo improvimento do presente agravo de instrumento, no sentido obstar a implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos seus proventos pensionamento das agravantes.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**

1996



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333605-2  
Agravante: Maria Luciene da Silva Cabral e outros  
Advogado: Dr. Allan Kardec Oliveira de Lima  
Agravado: FUNAPE  
Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

**VOTO**

O cerne da questão em apreço diz respeito a definir se os agravantes, fazem *jus* à percepção das Gratificações de Risco de Policiamento Ostensivo.

Quanto a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, consoante arestos adiante ementados:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.2- A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.3- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria fuge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se

200f

neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade (RA 11174140-8/01, 7CC, Rel. Des. João Bosco, julgado em 24/03/2009).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008).

Quanto ao afastamento da hipótese de incidência acarretar os mesmos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, *in casu*, tenho que não se aplica, pois a matéria ora discutida já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente, por si só, para implicar o deferimento do pedido em favor dos agravantes, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

2016

Ressalte-se que não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos ou inativos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas.

Neste sentido, a jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal, senão vejamos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. 5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua

2026

extensão aos inativos e pensionistas. 6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos (214554-6/01, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8CC, DJ 23/9/2010).

Assim, em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, para que seja implantada gratificação de risco de policiamento ostensivo nas pensões dos recorrentes.

É como voto.

Recife, 18/06/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

2960

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 18.06.2014  
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 333605-2 – SÃO BENTO DO UNA  
AGRAVANTES: MARIA LUCIENE DA SILVA CABRAL E OUTROS  
AGRAVADA : FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS  
E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO  
RELATOR : DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

RELATÓRIO ÀS FLS. 188 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 192/192V. DOS AUTOS

---

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES E BANDEIRA DE MELLO TÊM ENTENDIMENTO DIVERGENTE DO EMINENTE RELATOR.

---

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, PROVEU-SE O AGRAVO DE INSTRUMENTO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. JOSÉ IVO".

---

*Adelma*